

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 02/2013**

Período: 09/02/2013 – 15/02/2013

GEDES – Brasil

- 1- Brasil reestrutura operações na Antártida e justiça aceita processo contra sargento apontado como responsável pelo incêndio em 2012
- 2- Material didático de escolas militares omite informações sobre o regime militar
- 3- Comissão Nacional da Verdade I: Morte de Rubens Paiva continuará sendo investigada
- 4- Comissão Nacional da Verdade II: Tempo é exíguo frente as dificuldades encontradas durante os trabalhos
- 5- Comissão Nacional da Verdade III: Jornalista aponta importância da divulgação contínua dos trabalhos do grupo
- 6- Comissão Nacional da Verdade IV: Jornalista crítica falta de apuração dos relatos do ex-delegado Cláudio Guerra
- 7- Comissão Nacional da Verdade V: Entrevista de Cláudio Fonteles, coordenador da Comissão
- 8- Comissão Nacional da Verdade VI: Apurações sobre a morte de Juscelino Kubitschek e seu motorista devem ser entregues até o final deste semestre

1- Brasil reestrutura operações na Antártida e justiça aceita processo contra sargento apontado como responsável pelo incêndio em 2012

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o governo brasileiro iniciou a construção de uma estação provisória na Antártida para abrigar cientistas e militares por até cinco anos, com previsão de que, até 2015, uma base definitiva seja instalada – como informamos também no Informe Brasil 01/2013. Esta construção deverá substituir a antiga Estação Comandante Ferraz, que foi destruída em fevereiro de 2012 por um incêndio. Segundo o periódico, maior preocupação do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) é com a segurança da base provisória. A construção, que terá um custo de R\$14 milhões e será feita com utilização de material antipropagação de fogo, abrigará, inicialmente, apenas integrantes da Marinha. Fazendo uso de tecnologia canadense, a base provisória terá 29 ambientes, mas não abrigará laboratórios, pois, desde o incêndio da antiga estação, estes estão funcionando em dois navios da Marinha exclusivos do Proantar, que têm a capacidade de receber até 50 pesquisadores de uma vez. Militares e cientistas ainda desmontam a antiga estação e removem os destroços. Tais operações possuem previsão de término até março de 2013, quando o material será trazido ao Brasil e devidamente tratado, visando conter os impactos ambientais. De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, do dia 14/02/13, a primeira instância da Justiça Militar da União, localizada em Brasília, aceitou denúncia contra o sargento Luciano Gosmes Medeiros, acusado de ser o responsável pelo incêndio que destruiu a antiga Estação Comandante Ferraz. Segundo os jornais, Medeiros foi denunciado por homicídio culposo, pela morte de dois militares, e pelos danos causados a

instalação, que, de acordo com a *Folha* e *O Estado*, correspondem a 70% da estrutura. Os periódicos ainda ressaltaram que o prejuízo causado pelo incêndio corresponde a R\$ 24,6 milhões. A causa do incêndio teria sido uma falha no processo de transferência de combustível dos tanques de armazenamento para os tanques de serviço. Acredita-se que tal procedimento não foi concluído no tempo plausível, provocando um transbordamento e permitindo que o combustível entrasse em contato com partes quentes do gerador em funcionamento. De acordo com a *Folha*, o Ministério Público Militar solicitou o arquivamento do processo em relação a outros dois militares. O *Estado* ainda mencionou que, se for condenado, o Código Penal Militar prevê que o sargento permaneça preso por até 16 anos, “1,5 a 6 anos pelas mortes e 4 a 20 anos pelo dano”. O periódico ainda informou que a instrução criminal do processo deve ser iniciada no dia 28/02/13, quando Medeiros e outras seis testemunhas serão ouvidas. A sessão não será aberta, pois, como mencionaram os jornais, o caso correrá sob sigilo de justiça. (Correio Braziliense – Ciência – 09/02/13; Correio Braziliense – 14/02/13; Folha de S. Paulo – Poder – 14/02/13; O Estado de S. Paulo – Vida – 14/02/13)

2- Material didático de escolas militares omite informações sobre o regime militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, livros didáticos utilizados em escolas militares omitem informações consideradas essenciais para a compreensão de episódios do regime militar (1964-1985); a exemplo de um volume da coleção Marechal Trompowsky, que afirma que a “revolução de 1964” teria sido promovida por grupos “moderados e respeitadores da lei”. Conforme o periódico, existem doze escolas militares no país, nas quais 14 mil estudantes estão matriculados; muitos deles são parentes de militares. O coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Claudio Fonteles, indicou que os livros podem ser alvos de recomendações dos militares, entretanto, defendeu que a autonomia das escolas deve ser respeitada, uma vez que não haja fuga do programa adotado por outras escolas públicas e privadas civis. Segundo o professor de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Fico, o governo deveria promover uma reforma geral nos currículos militares, visto que o assunto é um tema que diz respeito à “segurança da sociedade”. A Associação Nacional de História também declarou que pretende pedir aos Ministérios da Educação e da Defesa uma avaliação sobre o material didático. Entretanto, segundo a *Folha*, o Ministério da Educação afirmou em nota que não pode interferir no currículo das escolas militares. O Ministério da Defesa, por sua vez, afirmou que só acompanha o material pedagógico relativo à formação de oficiais e praças das Forças Armadas. O responsável pela edição de Trompowsky, general José Carlos dos Santos, não se manifestou sobre o assunto e sugeriu que a questão fosse discutida com a assessoria do Exército. Em nota, o Exército informou que a coleção é fruto de três anos de pesquisas e apontou que é atualizada anualmente pelos autores. Em sua coluna de opinião no jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista e filósofo Hélio Schwartsman afirmou que a História é incapaz de oferecer um modelo por meio do qual se possa fazer previsões para o futuro, e torna até mesmo o passado incerto. Para exemplificar as diferentes abordagens históricas, o filósofo contou que, na infância, foi-lhe ensinado que “o duque de Caxias era o herói incontestado da

Guerra do Paraguai (1864-70)”, mas que, a partir dos anos 1990, o personagem ganhou a imagem de “genocida furioso”. De acordo com Schwartsman, a História é abordada diferentemente de acordo com gostos, preferências, condicionamentos e ideologias, mas que esta “frouxidão epistêmica” não justifica o acobertamento de mentiras ou omissões observadas em material didático adotado pelo Exército em suas escolas, em alusão aos crimes ocorridos durante o regime militar. Para o jornalista, “temos o dever moral de apontar crimes de lesa-historiografia sempre que topamos com eles”. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, também em coluna opinativa, o jornalista Ricardo Bonalume Neto afirmou que a sociedade civil vem gradualmente adquirindo certo grau de ressentimento para com os militares em quase todo o mundo. Neto defendeu que, no Brasil, “as esquerdas e seus historiadores também revisionistas”, começaram a criticar, ainda durante o regime militar (1964-1985), “o passado mais distante - procurando minimizar os feitos das Forças Armadas durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O colunista apontou que, ao fim do regime militar, o embate ideológico entre os militares e a esquerda retornou, principalmente, em relação à questão da preservação da democracia. Neto apontou que o Exército já reconheceu alguns de seus erros e concluiu declarando que “a atual disputa pela memória, pelo conteúdo de livros didáticos e livros de história, é mais explosiva porque muitos dos protagonistas da “luta armada” e da sua repressão estão vivos. E atuantes.” (*Folha de S. Paulo – Poder – 10/02/13; Folha de S. Paulo – Opinião – 13/02/13*)

3- Comissão Nacional da Verdade I: Morte de Rubens Paiva continuará sendo investigada

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Cláudio Fonteles afirmou que o grupo revelará os nomes responsáveis pela morte do ex-deputado Rubens Paiva e os convocará para depor. Fonteles informou que a documentação produzida pelo próprio Estado militar demonstra que Paiva foi preso pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e depois encaminhado ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º Exército do Rio de Janeiro, na unidade do Pelotão de Investigações Criminais, subordinada ao Batalhão de Polícia do Exército, onde permaneceu por cerca de 48h. A partir de tais documentos, o coordenador do grupo afirmou ser possível desmentir a versão oficial de que Paiva teria fugido e que é possível provar ainda que houve tortura seguida de morte. Fonteles também apontou que o grupo tem trabalhado para pontuar os autores imediatos da morte, ou seja, “aqueles que bateram”, que, na perspectiva do coordenador, seria uma “equipe” de três pessoas, as quais apontou que já foram identificadas. Tais equipes normalmente eram formadas por três integrantes e praticavam os atos de tortura, se revezando com outras equipes. No caso de Paiva, somente uma equipe teria agido, cujos integrantes poderão ser apontados, após as investigações finais a ocorrerem em março e abril, como autores do crime da morte do ex-deputado. O coordenador pontuou que, quando convocados, os investigados serão obrigados a comparecer para depor frente à CNV. Uma vez que a Comissão não possui poderes judiciais nem persecutórios, não é possível invocar o direito de ficar calado, esta

condição foi aprovada por unanimidade no colegiado. Fonteles reafirmou também a condição de anistiado de qualquer militar convocado a depor. Já o presidente da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, deputado Adriano Diogo, destacou que, embora as comissões não tenham poder de punição, elas “podem esclarecer os fatos e apontar os envolvidos”, sendo que o mínimo a ser feito é averiguar onde e como Paiva foi morto e enterrado. O filho do deputado, o escritor Marcelo Rubens Paiva, afirmou que é preciso investigar não apenas os oficiais que praticaram torturas, mas principalmente os comandantes que davam as ordens. Por outro lado, o advogado da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Aton Fon Filho, destacou que, assim como ocorreu em outros países, o passo inicial é começar pelas investigações daqueles que cometiam as torturas, pois as “ordens eram dadas porque se sabia que havia alguém disposto a cumpri-las.” (O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/02/13; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/02/13)

4- Comissão Nacional da Verdade II: Tempo é exíguo frente as dificuldades encontradas durante os trabalhos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o cronograma de trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) prevê que a fase de pesquisa e coleta de depoimentos deve encerrar-se em 2013, o que é um tempo, considerado pelo jornal, exíguo para esclarecer as "graves violações contra os direitos humanos" do período de 1946 a 1988, especialmente os ocorridos durante o regime militar (1964-1985). Segundo a *Folha*, esclarecer “significa apontar culpados, individualizando as condutas” em todos os níveis de participação de violações e, em casos de desaparecimento, significa localizar os corpos e entregá-los às famílias. O jornal destacou que os principais obstáculos aos trabalhos são as dificuldades em obter depoimentos, a veracidade de documentos da época e a controversa decisão de manter em segredo os depoimentos de ex-repressores, o que impede, atualmente, a identificação de versões mentirosas ou incompletas. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/02/13)

5- Comissão Nacional da Verdade III: Jornalista aponta importância da divulgação contínua dos trabalhos do grupo

Conforme coluna publicada pelo periódico *Correio Braziliense*, a jornalista Tereza Cruvinel expôs as divergências entre os membros da Comissão Nacional da Verdade (CNV) acerca da divulgação constante das informações coletadas. Apesar de, por lei, somente relatórios anuais e um trabalho final serem exigidos, a jornalista apontou recentes publicações pessoais, no site oficial do grupo, provindas do coordenador da Comissão, Claudio Fonteles. Estas relatam trabalhos recentes, a exemplo da confirmação das mortes sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e do ex-deputado Rubens Paiva. Segundo a jornalista, e diante da afirmação de Fonteles de que há uma divisão interna sobre a questão da divulgação das investigações entre os membros do grupo, Cruvinel apontou que os integrantes que priorizam um constante diálogo entre o grupo e a sociedade decidiram pela liberdade da publicação em nome pessoal. Cruvinel afirmou que, até o momento, somente o coordenador publicou textos e documentos em nome pessoal, o que implicaria numa possível preferência dos demais membros em se concentrarem no trabalho final. A jornalista advogou que a conduta do silêncio frustra os parentes e

amigos de vítimas do regime militar (1964-1985), além de não contribuir para ampliar o debate e a valorização da democracia, principalmente para os jovens que não vivenciaram o período. Fonteles, por outro lado, teria dito reconhecer que a Comissão está cumprindo este papel, apesar de apontar como “acanhado” o envolvimento social. Além disso, ele teria apontado as realizações da Comissão, que visitou todos os estados brasileiros e conta com onze audiências públicas em oito estados, participação em atos públicos e incentivo para a criação de comissões paralelas. Cruvinel afirmou ainda que no relatório final, a Comissão deverá também trazer recomendações e adiantou que uma delas será a transformação dos edifícios que hospedavam organizações da repressão em museus, medida que, segundo a jornalista, foi bem recebida pelo Instituto Brasileiro de Museus. (Correio Braziliense – 10/02/13)

6- Comissão Nacional da Verdade IV: Jornalista crítica falta de apuração dos relatos do ex-delegado Cláudio Guerra

Em coluna de opinião, o jornalista Luiz Carlos Azedo, do jornal *Correio Braziliense*, criticou o descaso da Comissão da Nacional da Verdade (CNV) em apurar as revelações feitas pelo ex-delegado da polícia civil do Espírito Santo, Cláudio Guerra, sobre sua contribuição com o regime militar (1964-1985) no combate a oposição e sobre a atuação dos aparatos clandestinos para eliminar fisicamente os opositores do regime. O ex-delegado foi condenado a 42 anos de prisão por diversos crimes comuns e assassinatos, entre os quais os assassinatos da jornalista Maria Nilce e do bicheiro Jonathas Bulamarques, além da sua própria mulher e de uma cunhada. Guerra passou dez anos preso e atualmente vive em regime semiaberto. Tornou-se pastor evangélico e, por este motivo, teria decidido relatar suas experiências no livro “Memórias de uma Guerra Suja”. Neste, o ex-delegado relatou o funcionamento de operações e a existência de um aparelho clandestino de extermínio do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do I Exército, bem como descreveu a incineração dos corpos em uma usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. O livro foi recebido por muitos com desconfiança, por conta do histórico de omissão e tentativa de despistar as investigações sobre o paradeiro dos desaparecidos por parte dos militares, por causa disso, muitos o consideram uma peça de “contra-informação”, o que prejudicou o trabalho da Comissão a respeito destas denúncias. (Correio Braziliense – 10/02/13)

7- Comissão Nacional da Verdade V: Entrevista de Cláudio Fonteles, coordenador da Comissão

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Cláudio Fonteles, falou sobre a relação entre os trabalhos realizados pelo grupo e a inicial resistência dos militares. Fonteles afirmou que essa resistência foi rompida para que os militares colaborem no esclarecimento de fatos, o que foi possível graças a um trabalho forte do ministro da Defesa, Celso Amorim, e dos três Comandos Militares – Aeronáutica, Marinha e Exército. Atualmente, Fonteles afirmou, há um grande esforço das Forças Armadas e de suas lideranças em mostrar a verdade

constitucional aos seus comandados: “a de que o profissionalismo jamais permite intervenção no quadro político partidário, por mais graves que sejam as crises institucionais”. O coordenador justificou o esforço afirmando que “as Forças Armadas são fundamentais em qualquer democracia. Não há democracia sem elas”. Fonteles declarou também que, em relação aos próximos passos da CNV, o foco será na permanência do forte diálogo com a sociedade, a fim de criar uma rede protetora e permanente em defesa da democracia. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/02/13)

8- Comissão Nacional da Verdade VI: Apurações sobre a morte de Juscelino Kubitschek e seu motorista devem ser entregues até o final deste semestre

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) entregará até o final do mês de julho de 2013 o resultado, ainda que parcial, das investigações sobre a morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek e de seu motorista, Geraldo Ribeiro, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do estado de Minas Gerais (OAB/MG). O ex-presidente e seu motorista morreram no dia 22/08/76, em um acidente na Via Dutra, quando o carro Opala que os transportava colidiu frontalmente com uma carreta após triscar em um ônibus de viagem. A OAB/MG, após estudar profundamente o Inquérito Policial e o laudo de exumação do corpo de Ribeiro, concluiu que o acidente foi um atentado político praticado pelo regime militar (1964-1985), como parte da Operação Condor – aliança político-militar dos países da América do Sul, cujo objetivo era executar os opositores aos regimes militares. Se as apurações feitas pela CNV demonstrarem que o acidente foi provocado, esta poderá requerer ao Ministério Público a reabertura do processo. A tese defendida pela OAB/MG é a de que Ribeiro tenha sido “atingido na cabeça por um projétil denominado batente, de fabricação e uso exclusivo das Forças Armadas, muito utilizado à época pelo Exército brasileiro”. Esta tese já havia surgido em 29/03/99, em uma entrevista feita pela revista *Época* com o perito criminal aposentado, Alberto Carlos Minas, que alegou ter visto um buraco decorrente de projétil de arma de fogo no crânio do motorista, durante a análise do corpo exumado. Porém, o laudo de exumação informou que o crânio havia se “esfacelado durante o manuseio”, o que é contestado pela OAB/MG, bem como a inexistência de projéteis de aço no período, como também consta do laudo de exumação. Além disso, duas semanas antes do acidente já havia boatos prenunciando a morte de Kubitschek. (*Correio Braziliense* – 15/02/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br
Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis

gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, doutoranda em História); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).